



BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.
CNPJ/MF Nº. 04.913.711/0001-08
NIRE 1530000114



Análise de sensibilidade - Carteira de Negociação

Cenários	Fatores de Risco			Total da Perda	
	Taxa de Juros	Moedas USD	Moedas EURO	1º Sem 2022	%PR
	1º Sem 2022	1º Sem 2022	1º Sem 2022		
1	(30)	389	97	(456)	0,03%
2	(343)	(3.498)	(627)	(4.468)	-0,29%
3	(647)	(7.766)	(1.450)	(9.863)	-0,63%

PR: 1.560.271

* Para elaboração da metodologia dos cenários de 1S2022, utilizou-se os valores de dólar e euro futuro da B3, desta forma não foi possível realizar comparações.

A análise de sensibilidade da carteira de negociação demonstra baixo impacto no Patrimônio de Referência - PR, uma vez que a carteira de negociação é formada principalmente por operações compromissadas de curto prazo (1du) e pela carteira de câmbio, que representa apenas 0,16% do valor exposto ao risco da carteira total do Banco.

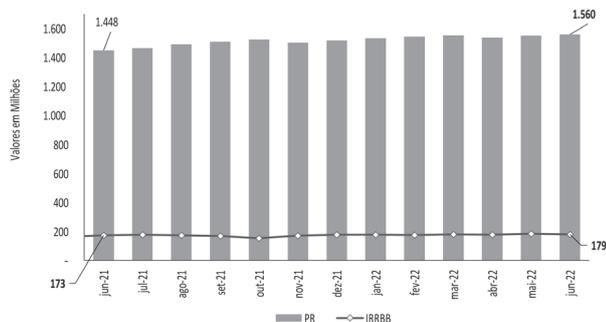
Acompanhamento do IRRBB

O Banpará acompanha o risco de taxa de juros por meio do IRRBB (*Interest Rate Risk of Banking Book*), definido como risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira para os instrumentos classificados na carteira bancária. A mensuração do IRRBB é realizada por meio das abordagens Δ EVE e Δ NII, conforme circular Bacen nº 3.876/18 e alterações, que define:

- Δ EVE como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento, desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros;
- Δ NII como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

Dessa forma, considerando a metodologia de alocação de capital adotada pelo Banpará para o IRRBB, nota-se um aumento de 3% entre jun/21 e jun/22 e para o PR o aumento no período foi de 8%.

Alocação de Capital para o IRRBB



Risco de Liquidez:

O Banpará, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.557/2017, suas alterações e com a Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez, utiliza processos que permitem gerenciar de forma efetiva e prudente a capacidade de pagamento da Instituição e a manutenção adequada do estoque de ativos de alta liquidez (HQLA), que possam ser prontamente convertidos em espécie quando necessário. Assim, são elaborados cenários prospectivos, em situações normais e de estresse financeiro moderado e agressivo, como forma de verificar o aumento de exposição ao risco de liquidez.

Nesse contexto, são realizadas projeções de fluxo de caixa para o período de 90 dias úteis, as quais permitem avaliar possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para isso, é monitorado o índice de Gap médio (IG), que possibilita a observação do descasamento de entradas e saídas, para 30, 60 e 90 dias, diferenciando fluxos de ativos e passivos e considerando a expectativa de rolagem de cada operação.

As posições de liquidez que possam influenciar na composição da margem mínima projetada são reportadas aos Órgãos de Governança, via relatórios mensais e tempestivos, com o intuito de identificar situações que possam comprometer o limite mínimo de liquidez do Banco, le-

vando em consideração tanto o Planejamento Estratégico quanto as condições de mercado.

Em 30 de junho de 2022, os estoques de ativos de alta liquidez permaneceram acima dos limites mínimos estabelecidos na RAS, proporcionando tranquilidade para honrar saídas esperadas e inesperadas de recursos, tanto em cenário de normalidade como em cenário de estresse financeiro.

Risco Socioambiental:

O risco socioambiental refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas decorrente de danos ambientais.

No Banpará, a estrutura organizacional da gestão de risco socioambiental é a Diretoria de Controle, Risco e RI (DICRI) que por meio da Gerência da PRSAC e ESG (GEASG), gerencia as diretrizes e ações da PRSA, agenda ESG e risco social, ambiental e climático.

E tem como finalidade classificar, avaliar e monitorar o referido risco, visando minimizar o risco financeiro, reputacional e de imagem, além de incentivar medidas voltadas à identificação de riscos climáticos nas atividades e operações do Banpará, observando os critérios de relevância e proporcionalidade. Diante disso, firmar o compromisso da Instituição com a responsabilidade socioambiental na área de atuação, colaborando para o crescimento econômico sustentável, a preservação do meio ambiente e a promoção de boas práticas na gestão social.

Para mitigar a ocorrência de perdas associadas a este risco, é realizada a classificação do risco socioambiental, que considera as atividades exercidas pelos clientes da carteira de crédito pessoa jurídica utilizando-se de ferramentas de pesquisas externas e formulários preenchido pelos tomadores de crédito.

A metodologia de classificação consiste na avaliação combinada dos fatores de conformidade e governança socioambiental do cliente. Para os quesitos são observados: regularidade das atividades do cliente perante a legislação, padrões de gestão e histórico de ocorrências socioambientais (consulta externa).

O modelo utilizado para classificação visa atender, principalmente, a Resolução CMN nº 4.327/2014, Resolução CMN nº 4.557/2017, Resolução CMN nº 4.943/2021, Resolução CMN nº 4.945/2021, Resolução CONAMA nº 237/1997, Resolução COEMA nº 162/2021, Normativo SARB nº 14/2014, Normas Regulamentadoras 1 (NR 1), 4 (NR 4), 7 (NR 7), 9 (NR 9) e 18 (NR18).

Quanto a carteira comercial pessoa física, a mitigação do risco centra a atenção na prevenção do superendividamento dos clientes, para isso o Banco constitui em suas políticas internas níveis máximos de endividamento de maneira individual, por produto, modalidade de crédito e global. Essas métricas estão suportadas nos legados de riscos e de crédito implantados na instituição, sendo que a SURIS, entre as suas rotinas mensais de acompanhamento global da carteira, se preocupa em identificar os clientes que podem estar em condição de superendividados, visando dar o reporte para as áreas de crédito do Banco que tem ação/competência para regularizar a situação junto aos clientes. No processo institucional, a área de risco operacional realiza a mitigação do risco socioambiental por meio da análise da base de perdas, onde são levantadas as perdas decorrentes de processos administrativos e judiciais de que a Instituição seja parte e as perdas que são relacionados a imóveis próprios - BNDU (Bens Não de Uso), adquiridos ou retomados pelo Banco. Realiza, ainda, o monitoramento dos fornecedores diretos e relevantes no que diz respeito aos aspectos socioambientais nos processos de contratação de fornecedores e prestadores de serviços.

O controle e acompanhamento, é realizado por meio monitoramento das validades das classificações de risco socioambiental gerado na concessão de crédito e por meio do acompanhamento da vigência das licenças, autorizações e programas solicitados do cliente, para a carteira de crédito pessoa jurídica.

Gerenciamento de Capital:

O Banpará realiza o monitoramento e controle de capital adotando uma postura prospectiva, de forma a antever cenários e antecipar a necessidade de capital, em função de possíveis mudanças nas condições de mercado e/ou estratégias de negócio, permitindo assim, um gerenciamento contínuo de capital, atendendo aos órgãos reguladores. Buscando esse objetivo, o gerenciamento de capital mantém uma equipe profissional com conhecimento, capacidade e experiência necessários para trabalhar os elementos abrangidos pela gestão do capital tais como:

- Monitoramento do patrimônio de referência - PR e do montante dos Ativos Ponderados pelo Risco - RWA;
- Os impactos das oscilações das parcelas de RWA no Índice de Basileia e no Plano de Capital;
- O acompanhamento e compatibilização do Planejamento Estratégico